

Imobilismo pode levar à hiperinflação

Flora Holzman

As estatísticas que indicam a crescente aceleração dos preços, inclusive da cesta básica, e a evidente impotência da equipe econômica no combate ao déficit público ou no controle da política monetária restritiva comprovam que o estilo soft do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, e seu discurso aparentemente tranqüilizador, não surtiram o efeito desejado. Tanto assim que, entre os economistas e empresários de todo o País, já existe um consenso no sentido de que o choque virá, ainda que em doses homeopáticas: hoje o congelamento, amanhã outro tarifaço e assim por diante, de forma a permitir que a equipe econômica mantenha as rédeas da situação, pelo menos nos próximos cinco meses. O imobilismo da equipe econômica poderá levar à hiperinflação.

A fragilidade da política fiscal que o governo tentou imprimir nos primeiros 18 meses, recordam os economistas, era evidente e hoje há muito pouco espaço para manobras seja do lado da contenção dos gastos, ou do aumento da arrecadação.

Credibilidade

Ao mesmo tempo, o governo ainda não recuperou o nível de cre-

dibilidade exigido para obter junto ao sistema financeiro e aos investidores institucionais do setor privado o financiamento do déficit público, ainda que residual, sem adotar mecanismos que onerariam ainda mais os cofres públicos já comprimidos pelas exigências constitucionais e pelo rombo de 1,6% do produto interno bruto (PIB) nas estatais.

Os primeiros sinais de reaquecimento das vendas — no atacado e no varejo — serviram apenas para dar mais sustentação aos rumores de congelamento que já circulavam no mercado, o que provocou uma alta ainda maior a título de remarcação preventiva, embora a demanda ainda não justificasse os reajustes praticados, principalmente no atacado.

O comportamento do dólar no paralelo, em alta contínua desde a semana passada, vem sendo alimentado pelas mesmas expectativas negativas do mercado. O temor de que os cruzados novos liberados sejam direcionados, ainda que parcialmente, a ativos de risco sustentou o crescimento das taxas mesmo após a divulgação dos novos depósitos especiais remunerados (DER), criados para absorver os cruzados a

uma taxa de 8% ao ano mais a TRD, além da liquidez diária.

Ânimos

Nem mesmo o discurso do ministro Marcílio durante a reunião do Conselho Monetário Nacional, na última quarta-feira, foi suficiente para acalmar os ânimos, principalmente diante da alta da inflação anunciada pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e hoje comprovada pelo Dieese, que registrou um crescimento recorde dos preços da cesta básica.

Desde o final de semana, apesar das inúmeras negativas, o mercado esperava um novo choque, ainda que na forma de um congelamento mais brando, destinado a punir apenas as indústrias “resistentes” à política de liberação gradual de preços, ou ainda alguma forma de prefixação.

O congelamento veio, só para as indústrias, já que o comércio está bem abastecido e sob controle para esperar os cruzados desbloqueados. Mas o governo não tem como controlar o preço dos produtos agrícolas, inclusive da carne.

Complicação

Para agravar o cenário os esto-

ques estratégicos do governo são praticamente inexistentes e os produtos importados — carne, trigo e outros — ainda não foram internados em quantidades suficientes para provocar uma queda dos preços. Pior ainda, muitos dos produtos que ingressam para a formação dos estoques chega a preços tão altos quanto os do mercado nacional, o que dificulta a implementação de uma política de controle de preços da cesta básica.

Uma boa parte do cenário cintento previsto para os próximos meses, contudo, já estava delineado antes mesmo da mudança da equipe econômica e foi apenas silenciado pelo estilo soft e o discurso pausado do ministro Marcílio, que é avesso aos confrontos e, como seus assessores mineiros, gosta de trabalhar em silêncio.

No entanto, a impotência da equipe no que diz respeito ao combate ao déficit, primordialmente aquele das estatais, evidencia a inevitabilidade dos ajustes, mesmo que homeopáticos, de forma a evitar o desalininhamento total dos preços relativos, o aprofundamento do rombo e o consequente acirramento da crise.